

Os impactos da COVID-19 nas crianças em Moçambique

COVID-19 Nota Política

UNICEF Moçambique

Junho 2020
NP-01



MENSAGENS-CHAVE

- Para dez milhões de crianças de Moçambique que já vivem nalgum tipo de pobreza, a COVID-19 significa uma pobreza mais extrema e prolongada e a negação dos seus direitos fundamentais.
- Quanto mais tempo as escolas estiverem fechadas, maior será a perda de tempo de aprendizagem e maiores serão as hipóteses de as crianças, especialmente as raparigas, não regressarem à sala de aula após a reabertura escolar.
- Uma redução acrescida no acesso aos serviços de saúde essenciais devido a uma perturbação significativa do sistema de saúde pode agravar a vulnerabilidade já existente em crianças que necessitam de vacinação, sofrem de doenças crónicas, vivem com uma deficiência ou são afectadas por doenças infecciosas comuns, como a malária.
- A interrupção das operações de abastecimento de água durante o período de emergência pode comprometer os esforços de resposta à COVID-19, bem como a outras doenças, como a cólera e a desnutrição.
- A insegurança económica e a suspensão escolar prolongada pode exacerbar as tendências para uniões prematuras de crianças e para o sexo transaccional como formas de lidar com a situação e mecanismos de protecção.
- Agora, mais do que nunca, os órfãos, as crianças entregues aos cuidados de instituições e as crianças com deficiência devem ser objecto de atenção atempada e de um reforço das intervenções por parte de todos os actores da sociedade para a prestação de cuidados e assistência de qualidade.
- Existe uma preocupação crescente com o bem-estar das crianças de Cabo Delgado, afectadas por uma conjugação de factores: deslocação, violência intensa e pobreza.

Introdução

De acordo com os dados do último censo, existem mais de 14 milhões de crianças Moçambicanas dos 0 aos 17 anos, o que representa mais de metade da população total. As crianças foram o grupo menos afectado directamente pela infecção da COVID-19 ao nível mundial, quando comparado com as populações mais idosas. No entanto, como os efeitos indirectos das medidas de combate à pandemia se reflectem nas realidades sociais e económicas das cidades e comunidades, os impactos a curto, médio e longo prazo nas crianças e adolescentes não podem continuar a ser ignorados. O bem-estar das crianças está em grande risco devido a: (i) empobrecimento ou aumento da gravidade da pobreza; (ii) redução das oportunidades de aprendizagem; (iii) barreiras à sobrevivência e à saúde; e (iv) aumento dos riscos de violência, abuso e exploração de crianças em situações precárias. As raparigas adolescentes, as crianças com deficiência, as crianças que se deslocam¹, as crianças em instituições de detenção ou de assistência e as crianças que vivem em zonas afectadas pela violência são particularmente vulneráveis.

Pobreza Infantil

De acordo com o inquérito nacional aos agregados familiares, *Inquérito sobre o Orçamento Familiar* (IOF) 2014/15, cerca de dez milhões de crianças por todo o país enfrentam a pobreza monetária ou multidimensional. Metade da população infantil (49 por cento) com idades compreendidas entre os 0-17 anos é pobre em termos monetários, ou seja, vive numa família cujo consumo está abaixo do limiar de pobreza

¹ Este é um termo abrangente que inclui crianças que procuram asilo, crianças refugiadas, crianças migrantes e crianças deslocadas internamente, bem como crianças que foram objecto de tráfico.

nacional. Quase uma em cada duas (46 por cento) crianças moçambicanas deste grupo etário podem ser consideradas multidimensionalmente pobres: estão privadas de pelo menos um terço dos 17 indicadores seleccionados, como sejam a família, nutrição, saúde, educação, trabalho, água, saneamento e higiene e habitação². Além disso, 28 por cento das crianças enfrentam um duplo fardo, uma vez que são, ao mesmo tempo, pobres em termos monetários e multidimensionais.

Acompanhando a tendência mundial, o Governo

“Esta cadeia de choques na economia reduzirá a disponibilidade orçamental para investir nos sectores sociais.”

de Moçambique respondeu à pandemia implementando medidas que afectam o curso normal da vida económica e social. Embora essenciais para controlar e mitigar a propagação da COVID-19, elas resultam inevitavelmente no abrandamento das actividades económicas. A nível macroeconómico, a queda prevista do crescimento económico³ terá certamente repercussões sobre as receitas internas, colocando pressão sobre o já insustentável nível da dívida. Poderá igualmente afectar os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) a médio prazo, devido à recessão global. Esta cadeia de choques na economia reduzirá a disponibilidade orçamental para investir nos setores sociais.

² Estes indicadores foram seleccionados em consulta com as partes interessadas nacionais para representar diferentes grupos etários (0-17), reflectindo as necessidades das crianças em diferentes fases de desenvolvimento.

³ World Bank (2020).

Isto, por sua vez, conduzirá a uma deterioração da qualidade e uma redução do acesso aos serviços sociais básicos como a saúde, a educação, água, saneamento e higiene e os serviços de assistência social, de si já condicionados antes da pandemia da COVID-19. Para as crianças e adolescentes moçambicanos, isto implica uma maior exposição à pobreza multidimensional - o sinal mais directo de que os seus direitos fundamentais não estão a ser respeitados. Isto será particularmente devastador para aqueles que se encontram nas zonas rurais, onde as taxas de privação infantil relativamente aos indicadores seleccionados (por exemplo, falta de electricidade, não conclusão do ensino primário) já atingem 80-85 por cento.⁴

“Milhões de famílias que actualmente auferem rendimentos pouco acima do limiar de pobreza irão provavelmente entrar numa fase prolongada de pobreza”

Devido ao aumento dos preços dos alimentos e dos medicamentos em resultado da quebra da cadeia de abastecimento e da extinção de postos de trabalho, milhões de famílias que actualmente auferem rendimentos pouco acima do limiar de pobreza irão provavelmente entrar numa fase prolongada de pobreza, da qual poderão não recuperar. A pobreza monetária terá um impacto directo na segurança alimentar e na nutrição, e bem assim no acesso aos serviços de saúde, afectando o bem-estar das crianças e das mães. O impacto pode ser particularmente grave para as famílias e crianças que ainda estão a

recuperar-se dos efeitos devastadores dos ciclones Idai e Kenneth do ano passado.

As estimativas globais (International Food Policy Research Institute, 2020) sugerem que o número de pessoas em situação de pobreza extrema poderá aumentar em 1,5% em resultado da COVID-19. O consumo das famílias na África Subsaariana deverá diminuir em 3.2 por cento⁵. Em Moçambique, país que se depara com uma multiplicidade de desafios, o aumento da pobreza poderá ser ainda maior e as consequências poderão durar mais tempo. **Para dez milhões de crianças de Moçambique que já vivem nalgum tipo de pobreza, a COVID-19 significa uma pobreza mais extrema e prolongada e a negação dos seus direitos fundamentais.** Os impactos potenciais a longo prazo no desenvolvimento humano das crianças far-se-ão sentir com certeza nas perspectivas de desenvolvimento do país a longo prazo.

Oportunidades de Aprendizagem e Resultados

Há suspensão escolar em todo o país como medida de distanciamento social. Mais de oito milhões de crianças foram de imediato afectadas: 101.000 no ensino pré-primário, 6,9 milhões no primário, 1,25 milhões no secundário e mais de 85.000 alunos no ensino técnico-profissional⁶. Mais de dois terços dos países em todo o mundo adaptaram rapidamente os programas de ensino à distância. Contudo, a maioria das crianças em Moçambique não tem acesso aos canais de informação básicos, o que torna a transição para o ensino à distância extremamente difícil: 74 por cento das crianças vivem sem electricidade⁷ e apenas 2 por cento têm acesso à Internet, 35 por

⁴ UNICEF Mozambique (2020b).

⁵ IFPRI (2020)

⁶ UNICEF Moçambique (2020a)

⁷ ibid.

cento à rádio e 22 por cento à televisão⁸. O acesso à informação é ainda mais limitado para as crianças das zonas rurais.

“74 por cento das crianças vivem sem electricidade e apenas 2 por cento têm acesso à Internet ... que torna a transição para o ensino à distância extremamente difícil”



O sistema de ensino moçambicano já está a combater os fracos resultados educacionais. Antes da pandemia, em 2016, apenas 4,9 por cento dos alunos do 3º ano tinham capacidade desejada de ler e escrever⁹; 26 por cento das crianças dos 5 aos 12 anos de idade não frequentavam a escola; e três quartos (68 por cento) das crianças dos 12 aos 13 anos não tinham concluído o ensino primário, com taxas que atingiam 86 por cento em Cabo Delgado¹⁰. Dispensadas da escolaridade formal, o tempo das crianças será desviado para outras actividades de apoio à subsistência e às necessidades familiares imediatas, o que inclui a prestação de cuidados aos doentes e idosos, tarefas estas mais susceptíveis de serem realizadas por raparigas.

Os dados relativos a outros países afectados por pandemias de grande escala indicam também um risco acrescido de gravidez para as raparigas¹¹, o

que, por sua vez, aumenta a probabilidade de abandono escolar.¹² Actualmente, em Moçambique, 33,2 por cento das raparigas nas zonas urbanas e 44,4 por cento nas zonas rurais engravidam antes dos 18 anos de idade¹³. As novas condições familiares e escolares expõem mais raparigas ao risco de gravidez, não lhes deixando outra opção que não seja unir-se prematuramente para escapar à pobreza e a mais humilhações na comunidade. As estratégias prejudiciais de lidar com a situação florescem quando o emprego e as oportunidades educativas são limitados e o bem-estar económico da família está debilitado.

Quanto mais tempo as escolas estiverem fechadas, maior será a perda de tempo de aprendizagem e maiores serão as hipóteses das crianças, especialmente as raparigas, não regressarem à sala de aula quando as escolas reabrirem. Uma suspensão escolar prolongada terá também efeitos sobre aqueles que regressam à escola, e poderá resultar na repetição do ano escolar e na deterioração do aproveitamento escolar. O impacto negativo nas oportunidades e nos resultados da aprendizagem terá repercussões ao longo da vida futura das crianças, afectando a sua capacidade de gerar rendimentos bem como a sua participação na sociedade.

⁸ Censo 2017

⁹ MINEDH (2019).

¹⁰ UNICEF Moçambique (2020b).

¹¹ UNFPA (2017).

¹² Mambo et al. (2019).

¹³ UNFPA (2015)

Sobrevivência e saúde da criança

Dado que Moçambique continua a dar prioridade e a reafectar recursos públicos já limitados na luta contra o vírus, existe o risco de uma redução no acesso a serviços de saúde básicos e essenciais, não relacionados com a COVID-19. Para muitas crianças, isso significa menos hipóteses de sobrevivência e de desenvolvimento. Actualmente, 56 em 1.000 nados vivos morrem antes de completarem um ano de idade¹⁴; apenas 28% dos recém-nascidos recebem cuidados pós-natais nos dois dias seguintes ao nascimento; apenas 90% são testados para HIV nos dois meses seguintes ao nascimento; e 95% são vacinados. Muitos já não têm acesso aos serviços devido ao facto de viverem longe: aproximadamente 33% das crianças vivem a mais de 30 minutos de distância da unidade de saúde mais próxima¹⁵.



Com a propagação da pandemia e com o prolongamento das medidas de distanciamento social, existe uma grande probabilidade de perturbação de todo o sistema de saúde. Os dados de monitorização do programa de rotina

¹⁴ Taxa de mortalidade infantil (UNICEF, 2018)

¹⁵ UNICEF Moçambique (2020b).

"Os dados de monitorização mostram já um declínio consistente de até 30% na cobertura da vacinação entre Março e Abril de 2020 em todas as províncias".

revelam uma redução de até 30% na cobertura de vacinação da segunda dose de sarampo e da terceira dose de DTP (difteria/tétano/pertússis ou tosse convulsa), bem como no número de crianças que concluíram o programa de vacinação entre Março e Abril de 2020 em todas as províncias. Cabo Delgado registou o declínio mais acentuado de todas as províncias.¹⁶ **Uma redução acrescida no acesso aos serviços de saúde essenciais pode agravar a vulnerabilidade já existente de crianças que necessitam de vacinação, sofrem de doenças crónicas, vivem com uma deficiência ou são afectadas por doenças infecciosas comuns, como a malária.**¹⁷

Os níveis já extremamente elevados de desnutrição crónica (baixa altura para a idade) nas crianças dos 0 aos 4 anos (45% nas zonas urbanas e 34% nas zonas rurais)¹⁸ poderão ser agravados pela insegurança alimentar causada pela quebra de rendimentos e pela perturbação das cadeias alimentares. Isto, por sua vez, pode ter um impacto no bem-estar e no desenvolvimento cognitivo das crianças, ao longo da sua vida. O estado nutricional das crianças em idade escolar já se encontra comprometido pela falta de acesso aos programas de alimentação escolar proporcionados pelo Governo, pelo

¹⁶ Dados EPM

¹⁷ Jackson and Tam, et al. (2020).

¹⁸ UNICEF Moçambique (2020b).

Programa Mundial de Alimentação (PMA) e por outros parceiros.

A infra-estrutura de água, saneamento e higiene em Moçambique é deficiente. As crianças já vivem em condições precárias, com 43 por cento das famílias a dependerem de água potável pouco segura e 74 por cento a disporem de latrinas não melhoradas¹⁹. As quebras de rendimento devido à pandemia podem resultar em dificuldades para as famílias no pagamento das contas de água, afectando negativamente os operadores no abastecimento de água e a sua capacidade para prestar o serviço mais essencial. **A interrupção das operações de abastecimento de água durante o período de emergência pode comprometer os esforços de resposta à COVID-19, bem como a outras doenças, como a cólera e a desnutrição.** Isto contribuirá ainda mais para os problemas de saúde familiar, especialmente entre as crianças com deficiência, as quais se deparam com barreiras adicionais no acesso às instalações de água, saneamento e higiene.

Crianças com Necessidades de Cuidados e Protecção

As crianças, em particular as raparigas, são vulneráveis à violência, aos abusos e ao abandono. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA (IMASIDA) de 2015, um quarto das mulheres moçambicanas casadas, com idade compreendida entre 18 e 48 anos, vivenciaram violência emocional, física ou sexual. Tais actos são mais susceptíveis de ocorrer enquanto as famílias estão confinadas em casa, sob stress e ansiedade intensos. Uma avaliação rápida realizada na República Democrática do Congo

durante o surto de Ébola revelou que as raparigas e as mulheres que tinham de percorrer longas distâncias a pé até às fontes de água corriam um risco elevado de violência e assédio sexual²⁰. Quando os principais pilares do sistema de protecção infantil estão destroçados, debilitados ou não funcionam (família, serviços sociais, ambiente escolar seguro), isto afecta a capacidade de resposta do Governo.

As raparigas em Moçambique são susceptíveis a actividades de alto risco, tais como o sexo transaccional e a uniões prematuras. Antes da pandemia, Moçambique registava uma das taxas mais elevadas de uniões prematuras do mundo (48 por cento). Esta taxa é medida como uma proporção de mulheres entre os 20 e os 24 anos que se uniram prematuramente, ou seja, antes dos 18 anos.²¹ **A insegurança económica crescente e a suspensão escolar prolongada podem exacerbar as tendências para uniões prematuras de crianças e para o sexo transaccional como formas de lidar com a situação e mecanismos de protecção.** Além disso, a sobrelotação e a suspensão escolar irá provavelmente aumentar os conflitos intrafamiliares, em que as raparigas e as mulheres são as vítimas e os perpetradores são frequentemente membros da família, tais como pais, irmãos ou tios. Relatórios recém-publicados em países afectados pela COVID-19 revelam um aumento dos casos de violência doméstica em 30% (França); 40-50% (Brasil) e 300% (China)²².

¹⁹ ibid.

²⁰ International Rescue Committee (2019).

²¹ DHS (2011)

²² Campbell (2020).

Antes da pandemia, em Moçambique, 10 por cento das crianças ou pouco mais de um milhão de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos, eram órfãs²³. Estas crianças não só são susceptíveis a vivenciar a pobreza crónica e profunda, como também, desprovidas de cuidados parentais, são particularmente vulneráveis à exploração, ao abuso, à violência, ao tráfico e a outras formas nefastas de lidar com a situação, no círculo em que se enquadram. Com o tempo, como a COVID-19 continua a ameaçar a vida dos adultos e dos idosos e uma vez que os serviços de saúde regulares se estão a tornar menos acessíveis, um número crescente de crianças pode vir a perder aqueles que cuidam delas; não devem ser ignoradas pelo sistema de protecção estatal. Do mesmo modo, as crianças

“As crianças com deficiência são altamente vulneráveis à transmissão directa da COVID-19 devido às suas condições de saúde preexistentes e à persistente desvantagem no acesso aos serviços básicos de que são vítimas”

institucionalizadas enfrentam um elevado risco de transmissão da COVID devido à superlotação das instalações, bem como ao sofrimento emocional, físico e social associado às suas condições de vida.

Não existem actualmente dados fiáveis sobre o número de crianças com deficiências em

Moçambique. De acordo com o último censo, 1,5 por cento das crianças com menos de 15 anos têm uma deficiência²⁴. Se comparado com os valores de referência internacionais, é provável que este valor seja muito subestimado, uma vez que abarca apenas os casos graves²⁵. As crianças com deficiência são altamente vulneráveis à transmissão directa da COVID-19 devido às suas condições de saúde preexistentes e à persistente desvantagem no acesso aos serviços básicos de que são vítimas. Muitas vezes, dependem de serviços de saúde, educação e protecção presenciais no apoio e satisfação das suas necessidades mais básicas. No entanto, durante esta pandemia, as suas opções tornam-se ainda mais limitadas. Além disso, correm um risco acrescido de violência, negligência e discriminação, tanto em casa como na comunidade. **Assim, agora mais do que nunca, os órfãos, as crianças entregues aos cuidados de instituições e as crianças com deficiência devem ser objecto de atenção atempada e de intervenções reforçadas de todos os actores da sociedade para a prestação de cuidados e assistência de qualidade.**

A conjugação da suspensão escolar e do desespero económico da família arrastará um número crescente de crianças moçambicanas para o trabalho infantil. Um estudo realizado na Costa do Marfim revelou que uma queda de 10 por cento no rendimento familiar resultou num aumento de 5 por cento do trabalho infantil²⁶. Isto terá um impacto significativo nas crianças das zonas rurais, onde é provável que três vezes mais crianças sejam levadas a trabalhar do que nas zonas urbanas (15 por cento contra 5 por cento)²⁷. Embora as normas sociais e as tradições comunitárias exijam a participação activa das

²³ UNICEF Moçambique (2020).

²⁴ Census 2017.

²⁵ No entanto, o Ministério da Educação regista entre 0,9 e 1,3 por cento das crianças com deficiência do total da população

estudantil do nível escolar correspondente, o que sugere que muitas crianças não escolarizadas são excluídas da contagem.

²⁶ Cogneau and Jedwab (2012: 507-534).

²⁷ *ibid.*

crianças nas actividades de subsistência em Moçambique, as práticas laborais intensivas ou perigosas podem expô-las, em especial as crianças de tenra idade, a riscos acrescidos de exploração, abuso e violência.

Vulnerabilidades Agravadas e Situações Humanitárias

Em Moçambique, existe uma enorme disparidade estrutural, económica e social entre as populações do Norte e do Sul, rurais e urbanas. As crianças que vivem em zonas rurais e remotas das províncias do Norte não só correm um risco elevado de pobreza e de privação, como sofrem além disso as consequências das recentes catástrofes naturais e dos conflitos armados em curso. Em 2019, os ciclones Idai e Kenneth devastaram as comunidades e deixaram um milhão de crianças necessitadas de assistência governamental. Muitas famílias nas zonas propensas a catástrofes naturais, como Sofala,

“[Em Cabo Delgado] as crianças representam 40 por cento das populações deslocadas, 17 por cento das quais são menores não acompanhados”

Manica, Zambézia, Tete e Cabo Delgado, ainda se debatem com dificuldades para recuperar e reconstruir. Todas as crianças em zonas de alto risco de catástrofe, em especial as que já foram identificadas como tendo dificuldades de acesso aos serviços (por exemplo, crianças portadoras de deficiência), exigem uma atenção política

contínua e medidas de protecção. Estas medidas visam assegurar que as famílias e as comunidades recebam os serviços e o apoio necessários para mitigar, ao mesmo tempo, os impactos das catástrofes naturais e os da pandemia.

A província mais a norte de Moçambique, Cabo Delgado, tem sido uma zona activa de conflito, com as comunidades a serem vítimas de violentos ataques armados e de recrutamento forçado por grupos hostis. De acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), 211.485 indivíduos, ou 42.297 famílias, foram deslocados em Maio de 2020²⁸; as crianças representam 40 por cento das populações deslocadas, 17 por cento das quais são menores não acompanhados. As necessidades básicas, como assistência alimentar, abrigo e educação, foram identificadas como as suas três principais prioridades. À medida que se torna cada vez mais difícil prestar a tão necessária assistência em resposta ao conflito armado e à pandemia, **existe uma preocupação crescente com o bem-estar das crianças de Cabo Delgado, afectadas por uma conjugação de factores: deslocação, violência intensa e pobreza.**

²⁸ OIM (2020).

Conclusão

A crise da COVID-19 é uma crise dos direitos das crianças. Os efeitos da pandemia nas crianças Moçambicanas são propensos ao auto-reforço e cumulativos, conduzindo a desafios permanentes no domínio da saúde, da educação e do rendimento seguro. À medida que a situação económica global se agrava, torna-se cada vez mais difícil para a economia moçambicana recuperar, o que poderá afectar gerações de crianças através de ciclos de pobreza.

Cada país teve de implementar medidas extremas para evitar a propagação da infecção pela COVID-19, mas Moçambique enfrenta desafios adicionais, únicos. As políticas devem centrar-se na criança de modo a garantir que a próxima geração seja capaz de liderar o país na realização da visão nacional de desenvolvimento a longo prazo e no compromisso internacional de proteger os direitos das crianças, e bem assim, na consecução das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, com apenas uma década pela frente. Mais do que nunca, a segurança e o bem-estar de 14,3 milhões de crianças moçambicanas e o futuro de Moçambique dependem de uma acção política eficaz e certa.



Mais do que nunca, a segurança e o bem-estar de 14,3 milhões de crianças moçambicanas e o futuro de Moçambique dependem agora de uma acção política eficaz e precisa..

Referências

- Campbell (2020), An increasing risk of family violence during the Covid-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. Forensic Science International: Reports.
- Cogneau, Denis and Rémi Jedwab (2012), Commodity Price Shocks and Child Outcomes: The 190 cocoa crisis in Côte d'Ivoire. Economic Development and Cultural Change, Vol. 60, No. 3 (April 2012), pp. 507–534.
- International Food Policy Research Institute - IPFRI (April 2020), Poverty and Food Insecurity could grow dramatically as COVID-19 spreads, Blog by David Laborde, Will Martin and Rob Vos.
- International Rescue Committee (2019), 'Everything on her shoulders'. Rapid assessment on gender and violence against women and girls in the Ebola outbreak in Beni, DRC.
- IOM (2020), DTM Mozambique, Rapid Assessment Round 2 – Cabo Delgado – May 2020.
- Mambo, F. et al. (2019), An analysis of school dropout in Mozambique, 2014–15. WIDER Working Paper 2019/49. Helsinki: UNU-WIDER.
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano - MINEDH (2019), Análise do Sector de Educação (ESA) Relatório final. Julho de 2019 Maputo.
- Plucinski et al. (2015), Effect of the Ebola-virus-disease epidemic on malaria case management in Guinea, 2014: A cross-sectional survey of health facilities, The Lancet, Infectious Diseases, 15(9): 1017–1023.
- The Global Partnership to End Child Marriage (2016), Child Marriage in Humanitarian Crises.
- UNFPA (2015), Child Marriage and Adolescent Pregnancy in Mozambique: Causes and Impact.
- UNFPA (2017), Institutional Analysis of the UNFPA response to Ebola Crises.
- UNICEF (2018), State of the World's Children.
- UNICEF Mozambique (2020a), Education Sector Policy Brief.
- UNICEF Mozambique (2020b), Multidimensional Child Poverty Report in Mozambique.
- World Bank (2020), Mozambique. COVID-19 factsheet. Macroeconomy and Poverty Outlook (MPO).



#ReImaginar

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Av do Zimbabwe, 1440

Caixa Postal 4713

Maputo, Mozambique

Email: maputo@unicef.org

www.unicef.org.mz

© UNICEF, Maputo, Mozambique, 2020

Secção de Políticas Sociais, Avaliação e Pesquisas